



Anais da Assembléia

N.º 005

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acyr Mezzadri, Adahil Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Caves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Ode-ni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setugutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 01/83

Curitiba, 03 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 06 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 02/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos firmados em 26 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de AMAPORÃ, CONGONHINHAS, ITAPEJARA DO OESTE, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA AURORA e SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982, celebrados com os referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 03/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Terceiro Termo Aditivo, datado de 26 de novembro de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná e o Município de LONDRINA, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 04/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos Termos Aditivos datados de 29 de novembro de 1982, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de ALTÔNIA, ALTO PARANÁ, ATALAIA, COLORADO, DIAMANTE DO NORTE, FLORESTA, FRANCISCO ALVES, INAJÁ, JANDAIA DO SUL, MAMBORÉ, MARINGÁ, PARAÍSO DO NORTE, PORTO RICO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAMBOARA, TERRA RICA e UBIRATÃ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no

exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 05/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 20 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de GUARATUBA e VERÊ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 06/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de BORRAZÓPOLIS, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 07/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 13 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ABATIÁ, ALTO PIQUIRI, ALVORADA DO SUL, ASTORGA, BANDEIRANTES, BOA ESPERANÇA, CAFEARA, CALIFÓRNIA, CAMBARÁ, CÂNDIDO DE ABREU, CONGONHINHAS, CONSELHEIRO MAIRINK, CRUZEIRO DO SUL, DOUTOR CAMARGO, FÊNIX, FRANCISCO AL-

VES, GUARACI, INDIANÓPOLIS, IPORÃ, IRETAMA, IVATUBA, JABOTI, JANDAIA DO SUL, JAPIRA, JARDIM ALEGRE, JARDIM OLINDA, JUSSARA, LOBATO, MAMBORÊ, MARUMBI, MIRASELVA, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA ESPERANÇA, PITANGA, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, PRIMEIRO DE MAIO, RIBEIRÃO CLARO, RONCADOR e SANTA AMÉLIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 08/83

Curitiba, 12 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a implantação dos serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 09/83

Curitiba, 19 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 18/82, celebrado em 16 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL e o Município de GUAÍRA, objetivando cooperação no sentido da melhoria das condições operacionais do aeroporto do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 10/83

Curitiba, 19 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos

Termos Aditivos firmados em 30 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CÉU AZUL (n.º 233/82), LOBATO (n.º 231/82), NOVA SANTA ROSA (n.º 230/82), e RIO BOM (n.º 232/82), a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 11/83

Curitiba, 19 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos firmados em 22 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de ALTO PIQUIRI (n.º 229/82), CAMBIRA (n.º 228/82), CALIFÓRNIA (n.º 194/82), CIDADE GAÚCHA (n.º 218/82), CATANDUVAS (n.º 193/82), FÊNIX (n.º 226/82), GUAIRACÁ (n.º 219/82), INDIANÓPOLIS (n.º 227/82), IVATUBA (n.º 225/82), MARUMBI (n.º 216/82), QUERÊNCIA DO NORTE (n.º 224/82), QUINTA DO SOL (n.º 223/82), SANTA CECÍLIA DO PAVÃO (n.º 215/82), SÃO PEDRO DO IVAÍ (n.º 217/82), SANTO ANTONIO DO CAIUÁ (n.º 221/82), SANTA IZABEL DO IVAÍ (n.º 222/82) e TUNEIRAS DO OESTE (n.º 220/82) a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, para execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982, com os referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 12/83

Curitiba, 19 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 192/82 (1.º), datado de 29 de novembro de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 283/82, celebrado em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de UMUARAMA, objetivando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distin-

ta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 13/83

Curitiba, 19 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Recíproca Cooperação de Assistência Técnica e Científica, celebrado em 06 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Universidade Federal do Paraná, objetivando medidas conjuntas no sentido de contribuir, ainda na fase universitária, para o desenvolvimento do interesse dos estudantes das disciplinas médicas e afins, para os encargos, missões e prática da Medicina Legal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 14/83

Curitiba, 25 de janeiro de 1983

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso, n.º 23/82, celebrado em 27 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de INAJÁ, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 15/83

Curitiba, 25 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoria de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Município	n.º e data do aditamento	Data do Convênio aditado
Abatiá	255 — 30/12/82	1.º/02/82
Cambará	106 — 19/10/82	12/02/82
Congonhinhas	261 — 29/12/82	1.º/02/82
Mandaguaçu	108 — 19/10/82	1.º/02/82
Moreira Salles	107 — 19/10/82	1.º/02/82

Ribeirão do Pinhal	254 – 30/12/82	1.º/02/82
São S. da Amoreira	260 – 29/12/82	1.º/02/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 16/83

Curitiba, 25 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 30 de novembro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de IBAITI, JAPIRA, LARANJEIRAS DO SUL, PÉROLA e SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ JOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 17/83

Curitiba, 31 de janeiro de 1983

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 115/82, celebrado em 12 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério do Interior e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência dos órgãos que especifica, objetivando a execução de atividade de orientação técnica e prestação de serviços para prevenir e controlar a erosão do solo rural no Noroeste do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 18/83

Curitiba, 31 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a realização da II Feira de No-

vilhas dos Campos Gerais - FENOV e de outros eventos semelhantes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 19/83

Curitiba, 31 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios 393 e 394, celebrados em 05 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando, respectivamente, a elaboração de diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaratuba, e pesquisas das atividades de resinagem do Pinus Elliottii no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 20/83

Curitiba, 31 de janeiro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Protocolos de Intenções, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, nas datas e com os objetivos adiante mencionados:

Data	Objetivo
28/05/81	Implantação e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia;
30/07/82	Aditamento ao Protocolo de Intenções celebrado em 28/05/81, referente à implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia; e,
30/07/82	Apoio técnico e financeiro para promover, através da Biblioteca Estadual da Agricultura, registro de documentos do programa de implementação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 21/83

Curitiba, 07 de fevereiro de 1983

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de segundos Termos Aditivos datados de 30 de dezembro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de FAXINAL e GOIOERÊ, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 22/83

Curitiba, 07 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 25 de novembro de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de AMPÉRE, CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CHOPINZINHO, CORONEL VIVIDA, FRANCISCO BELTRÃO e SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 23/83

Curitiba, 07 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio 408/82, celebrado em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 24/83

Curitiba, 08 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do 6.º e 7.º Termos Aditivos datados, respectivamente, de 14 de julho e 14 de dezembro de 1982, ao Convênio n.º 19/80, celebrado em 13 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando a execução do Programa de Nutrição e Saúde - PNS, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 25/83

Curitiba, 11 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio 407/82, celebrado em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 26/83

Curitiba, 22 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 20 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de INAJÁ, INDIANÓPOLIS, SANTA IZABEL DO IVAÍ e UNIFLOR, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 27/83

Curitiba, 22 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 26 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios

adiante mencionados com a interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e os objetivos seguinte:

N.º conv. Município e objetivo.

- 01/83 Guaíra — Implantação de um micro-sistema de abastecimento de água nos povoados de Bela Vista e Maracaju;
- 02/83 Guaíra — Implantação e coordenação pela Prefeitura Municipal do Sistema de Assentamento de população de Baixa Renda constituído de duas unidades de assentamento;
- 03/83 Santa Helena — Desobstrução do canal de drenagem que passa pelo bairro de Vila Rica e que escoar grande parte das águas pluviais da cidade;
- 08/83 Foz do Iguaçu — Construção de um micro-sistema de abastecimento de água no povoado de Três Lagoas, compreendendo a implantação de 8.000m de rede de distribuição;
- 12/83 Foz do Iguaçu — Implantação do Sistema de galerias de águas pluviais com a extensão de 1.000m, com 25 caixas do tipo boca de lobo e 300m de sarjetas de concreto;
- 13/83 Foz do Iguaçu — Dotar o povoado de Guarani de um micro-sistema de abastecimento de água com a localização do manancial subterrâneo, perfuração de poço artesiano, construção de obras civis e instalação de bomba recalque e implantação de 1.000m de rede de distribuição; e,
- 14/83 São Miguel do Iguaçu — Implantação de um micro-sistema de abastecimento de água nos povoados de Ipiranga e Santa Inês, com localização e perfuração do poço artesiano, construção de reservatório, implantação de bombas e rede de adução e de rede de distribuição.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 28/83 Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder revisão especial dos proventos dos funcionários civis aposentados, do Poder Executivo, a ser implantada mediante opção expressa e com base na legislação de pessoal vigente a 31 de janeiro de 1983.

O presente anteprojeto de lei é resultado de um grande esforço da atual Administração, no afã de estabelecer a justiça da justa remuneração a todos os quadros do funcionalismo público estadual, sem distinção entre ativos e inativos, pois o Estado não pode esquecer que estes últimos, também deram todo esforço de sua energia e inteligência, em seu tempo, à tarefa do serviço público e seu aperfeiçoamento.

Os estudos não foram fáceis, pois o tema é complexo e de difícil formulação em regra geral, capaz de abranger todas as situações e a apagar todas as distorções.

Mas, acredita-se, que se alcançou, no artigo 3.º, do anteprojeto, uma fórmula abrangente, que, elaborada em longo processo de amadurecimento e submetida ao exame de vários e

experientes conhecedores da matéria de legislação de pessoal, teve o seu texto aprovado e havido como um grande avanço na meta de dar aos aposentados a justiça que reclamam e a tranqüilidade que merecem.

Seguramente, não temos a pretensão, de atribuir ao presente anteprojeto de lei a condição de obra perfeita e acabada.

É, apenas, uma contribuição ao grave problema que está na ordem do dia na Administração Estadual e movimentando apaixonadamente a Classe dos inativos.

O futuro Governo, vendo neles apenas uma contribuição e um esforço bem intencionado, há de lhe dar o valor que merecer, apoiando-o, rejeitando-o ou dando-lhe o aperfeiçoamento capaz de converter em realidade o ideal que nele se encarna.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 05/83

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a uma revisão especial de proventos de funcionários civis aposentados, do Poder Executivo, a ser implantada mediante opção expressa, nos termos desta lei.

Art. 2.º — A revisão terá por base a legislação de pessoal vigente a 31 de janeiro de 1983.

Art. 3.º — A revisão tomará em consideração o cargo em que o funcionário se aposentou, determinando-se o cargo correlato tendo em vista as atribuições, as responsabilidades e os requisitos e grau de escolaridade exigidos para preenchimento dos cargos.

Parágrafo único. Não se estenderão aos aposentados os benefícios previstos pelas leis posteriores à aposentação e cuja concessão estivesse na dependência de procedimento interno de concurso ou de promoção.

Art. 4.º — O resultado dos cálculos de revisão, procedidos pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, dentro de 120 dias, serão publicados no Diário Oficial do Estado, através de editais, para fins de conhecimento e opção expressa, por parte dos beneficiários.

Art. 5.º — A opção, que deverá ser formulada em prazo não superior a 45 dias, contados da publicação de que trata o artigo anterior, terá caráter irretratável e conterá, expressa e obrigatoriamente, a cláusula de renúncia a quaisquer benefícios decorrentes de legislação anterior ou de decisões de natureza administrativa ou judicial.

Art. 6.º — Dos editais previstos no art. 3.º, caberá recurso, no prazo de 30 dias, contados da respectiva publicação, interposto perante uma Comissão Especial, presidida pelo Secretário de Recursos Humanos, e integrada por mais quatro membros, designados pelo Governador, a saber:

- a) um indicado pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná;
- b) um da Procuradoria Geral do Estado, indicado pelo Procurador Geral;
- c) dois de livre escolha do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O recurso previsto neste artigo interrompe o prazo de opção a que alude o art. 4.º.

Art. 7.º — As vantagens pecuniárias, decorrentes da presente lei, serão atribuídas em duas etapas:

I - 50% (cinquenta por cento) após dois meses a contar do primeiro dia do mês seguinte ao ato da revisão dos proventos; e,

II - 50% (cinquenta por cento) restantes seis meses após a implantação da primeira parcela.

Art. 8.º — O cálculo da revisão de proventos utilizará tabelas de remuneração vigentes em 31 de janeiro de 1983, correspondentes à carga de trinta horas semanais, sem prejuízo dos aumentos posteriormente concedidos ao funcionalismo

em geral.

Parágrafo único. Para os médicos, professores, engenheiros, procuradores e advogados, a revisão terá por base as respectivas tabelas próprias.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 29/83

Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que trata da reestruturação da organização da Procuradoria Geral do Estado.

A Procuradoria compõe-se hoje de 175 membros, integrantes da carreira, todos concentrados na Capital.

A reestruturação visa a localizar no interior subprocuradorias regionais para atendimento de matérias de atribuição do Órgão, tais como representação fiscal e assistência judiciária aos necessitados.

2. Proporcionando melhores vencimentos aos integrantes da carreira, compensam-se eventuais despesas com a extinção de 60 cargos, sendo que 20 imediatamente.

Espera-se alcançar uma maior dinamização do Órgão e integração completa de seus elementos nas nobres funções que lhes competem.

3. Há ainda o propósito de facultar o exercício das chefias por profissionais de reconhecida capacidade e correção pessoal, estranhos à carreira, que servirão ocasionalmente como elementos capazes de inocular energia nova e vitalidade própria das profissões liberais, na estrutura do organismo da representação judicial do Estado.

4. Efetivamente, a concretização desses propósitos só se dará com nova lei a ser editada dentro de seis meses. Prazo bastante para estudo e preparação das condições necessárias à sua implantação.

5. Evidentemente, o presente anteprojeto de lei é uma mera contribuição do atual Governo à solução do problema da organização do órgão responsável pela defesa do patrimônio e interesses do Estado e da segurança de sua justiça administrativa.

Não pretende nem pode impor uma posição ao Governo que se instalará em 15 de março, em decorrência do resultado das eleições de 15 de novembro passado, o qual, seguramente, terá oportunidade e tempo bastante para aprovar, rejeitar ou aperfeiçoar o presente anteprojeto.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — As Subprocuradorias Regionais de que trata o art. 2.º, inciso II, alínea g, da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, ficam classificadas na forma seguinte:

I - Subprocuradorias Regionais de 1.º Grau: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Paranaguá e Guarapuava.

II - Subprocuradorias Regionais de 2.º Grau: Campo Mourão, Paranavaí, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Umuarama, Ivaiporã, Jacarezinho, Prudentópolis, União da Vitória, Pato Branco e Foz do Iguaçu.

§ 1.º — As Subprocuradorias Regionais de que trata este artigo terão sede nas cidades do mesmo nome.

§ 2.º — As circunscrições das Subprocuradorias Regionais serão definidas por decreto, sob proposta da Procuradoria Geral do Estado.

§ 3.º — A reclassificação de Subprocuradoria Regional não altera a situação funcional do integrante da carreira de Procurador do Estado, a quem é facultada a remoção para outra sede do mesmo grau

Art. 2.º — As Subprocuradorias Regionais de 1.º e 2.º Grau serão providas, mediante ato do Procurador do Estado, por Advogados de 1a. e 2a. Classe, respectivamente, que ingressarem na carreira a partir da vigência da presente lei.

§ 1.º — A Chefia das Subprocuradorias Regionais será exercida por integrantes da carreira, indicados pelo Procurador Geral do Estado, ao qual caberá também a designação dos demais servidores.

§ 2.º — O Procurador Geral do Estado poderá, mediante aceitação do interessado, designar procuradores e advogados para exercerem suas funções nas Subprocuradorias Regionais.

Art. 3.º — Somente poderão concorrer à promoção por merecimento os integrantes da carreira de Procurador do Estado que estiverem em efetivo exercício de qualquer das funções inerentes ao cargo.

Art. 4.º — A aferição do merecimento e da antiguidade, para efeito de promoção, obedecerá aos critérios estabelecidos nos artigos 27 a 32 da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979 e, especialmente, com base, na primeira hipótese, em dados objetivos especificados em regulamento.

Art. 5.º Quando não houver candidato que satisfaça ao requisito do parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 7.074, de janeiro de 1979 e do art. 3.º desta lei, a exigência será dispensada e o promovido continuará, na nova classe e na nova Subprocuradoria Regional, quando for o caso, a contagem do interstício da classe anterior.

Art. 6.º — Os vencimentos mensais do Procurador Geral do Estado serão fixados em lei especial.

Art. 7.º — Os ocupantes do cargo de Procurador de 1a. Classe do Quadro Próprio da Procuradoria Geral do Estado receberão, mensalmente, vencimentos correspondentes a 90% (noventa por cento) dos recebidos pelo Procurador Geral do Estado, ficando fixada em 10% (dez por cento) a diferença de vencimentos para as demais classes de Procuradores.

Parágrafo único. De Procurador de 3a. Classe a advogado de 1a. Classe a diferença será de 15% (quinze por cento) e de advogado de 1a. para 2a. Classe de 10% (dez por cento).

Art. 8.º — O Procurador Geral do Estado perceberá, mensalmente, verba de representação, calculada no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico e a este incorporável para todos os efeitos legais, estendendo-se tal vantagem aos integrantes de carreira de que trata esta lei.

Parágrafo único. A gratificação de produtividade, de que trata o art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974 e a gratificação de que trata o decreto n.º 5.020, de 03 de maio de 1982, ficam absorvidas pela vantagem instituída pelo "caput" deste artigo.

Art. 9.º — Aos integrantes da carreira de Procurador do Estado é proibido, enquanto na atividade, o exercício da advocacia particular, bem como a participação em diretorias, gerências, administração, conselho técnico ou administrativo de empresa ou sociedade comercial, industrial ou de serviços.

§ 1.º — A vedação deste artigo não compreende a participação em órgão ou associações de classe, na qualidade de dirigente ou associado.

§ 2.º — Mediante manifestação expressa, no prazo de 60 (sessenta) dias após o advento da lei de que trata o art. 19, é facultado aos atuais integrantes da carreira de Procurador isentar-se da proibição do exercício da advocacia constante deste artigo, perdendo neste caso, a vantagem prevista no artigo 8.º desta lei.

Art. 10 — São incorporadas aos vencimentos previstos por esta lei, e em consequência extintas, a gratificação pela prestação de serviço extraordinário e a chamada gratificação fazendária de que sejam beneficiários os integrantes da carreira de Procurador do Estado.

Art. 11 — Os honorários advocatícios decorrentes de qualquer feito judicial em que figure como parte a Fazenda Públi-

ca do Estado, quando vencedora, poderão, no todo ou em parte, constituir fundo especial, regulamentado por decreto e cujos recursos destinar-se-ão à Procuradoria Geral do Estado, para aplicação conforme plano anual aprovado pelo Governador do Estado.

Art. 12 — A estrutura da carreira de Procurador do Estado, instituída pela Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1979 e modificada pela Lei nº 7.430, de 29 de dezembro de 1980, fica alterada com a extinção, à medida que vagarem, de 5 (cinco), 10 (dez) e 10 (dez) cargos de Procurador de 1.^a, 2.^a e 3.^a Classes e ainda 15 (quinze) de Advogado de 1.^a Classe, respectivamente.

Parágrafo único — Ficam extintos 20 (vinte) cargos de Advogado de 2.^a Classe, atualmente vagos.

Art. 13 — Os funcionários aposentados nos cargos de Procurador e Advogado poderão valer-se dos benefícios da presente lei, mediante opção expressa e renúncia às vantagens auferidas com base no regime anterior em que se aposentaram.

§ 1.^o — A opção a que se refere o presente artigo somente prevalecerá após despacho do Procurador Geral, dentro do prazo de trinta dias, contados da data da sua apresentação, não produzindo qualquer efeito em relação ao tempo anterior.

§ 2.^o — Para os efeitos deste artigo, considerar-se-ão os vencimentos atribuídos aos Procuradores e Advogados em atividade, na classe correspondente àquela em que ocorreu a aposentação.

§ 3.^o — Os procuradores e advogados aposentados antes da vigência da Lei 7.074/79, terão seus proventos reajustados com base nos cargos de Procurador da 3.^a Classe e Advogado de 2.^a, respectivamente.

Art. 14 — A alteração da denominação de quaisquer dos cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado não prejudica o direito previsto nesta lei, desde que as atribuições cometidas aos novos cargos estejam compreendidas na disposição do artigo 59 da Constituição Estadual e nas disposições da Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1979.

Art. 15 — O art. 10, da Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1979, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10 — As chefias das Procuradorias serão exercidas por procuradores ou por profissionais da advocacia de reconhecida idoneidade e capacidade, designados pelo Governador do Estado, mediante proposta, devidamente fundamentada, do Procurador Geral”.

Art. 16 — Por proposta fundamentada do Procurador Geral, o Governador poderá dispensar Procuradores e Advogados do horário de trabalho na repartição, permitindo-lhes promover estudos especiais ou atender serviços e tarefas de excepcional importância ou de relevante interesse social, em seu domicílio, ou em áreas outras capazes de oferecer melhores condições de trabalho.

Art. 17 — Procuradores e Advogados deverão atender quaisquer causas e processo de que natureza for, em qualquer parte do território estadual, mediante ato do Procurador Geral, independentemente do local de trabalho em que se acham fixados.

Art. 18 — Ficará na dependência da renovação dos quadros de pessoal a organização das subprocuradorias regionais.

Art. 19 — A lei especial de alteração de vencimentos do Procurador Geral, Procuradores e Advogados deverá ser proposta dentro de seis meses, sem prejuízo dos aumentos regulares que forem concedidos ao funcionalismo público em geral.

Art. 20 — Os arts. 7.^o e 8.^o desta lei terão vigência a partir da publicação da lei de que trata o artigo anterior.

Art. 21 — Os benefícios desta lei não se estendem a quaisquer outras categorias funcionais.

Art. 22 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o parágrafo único do artigo 18 e o art. 43, da Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1979 e demais disposi-

ções em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem Nº 30/83 Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 8.^o Termo Aditivo, datado de 28 de dezembro de 1982, ao Convênio nº 19/80, celebrado em 2 de janeiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução de atividades de desenvolvimento dos Serviços Básicos de Saúde.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem Nº 31/83 Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios nºs 42/82, 43/82, 44/82, 45/82, 46/82, 47/82, 48/82, 49/82 e 50/82, datados de 29 de dezembro de 1982, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e, respectivamente, os Municípios de ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem Nº 32/83 Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 07 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e os objetivos seguintes:

N.^o Conv. - Município e objetivo

04/83 SANTA HELENA — Execução de regularização de leitos de vias públicas e revestimento primário nas comunidades de Moreninha, Vila Celeste e São Roque;

05/83 SANTA HELENA — Implantação de iluminação pública nas ruas dos bairros de Vila Rica e Braço Norte;

- 06/83 SANTA HELENA — Implantação de um micro-sistema de abastecimento de água nos povoados de Moreninha, Bacuri e São Miguel;
- 07/83 SANTA HELENA — Melhoria das condições sanitárias em 14 escolas de pequeno porte do município;
- 15/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Melhoria de diversas vias de acesso a bairros do município;
- 16/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Melhoria das condições sanitárias em 15 escolas rurais do município;
- 17/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Execução de um projeto técnico visando o controle sanitário da área marginal do Lago de Itaipu;
- 18/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Melhoria das condições sanitárias em 6 unidades escolares do 1.º grau do município;
- 20/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Implantação de drenagem no distrito de Pato Bragado com a construção de 640m de galerias de águas pluviais; e,
- 21/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Implantação de revestimento primário em ruas dos distritos de Porto Mendes, Entre Rios e Pato Bragado, com extensão total de 3.300m.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem Nº 33/83 Curitiba, 25 de fevereiro de 1983.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos de re-ratificação, datados de 26 de janeiro de 1983, dos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano, nas datas e com os Municípios adiante mencionados:

Município	Nº e data da celebração
Balsa Nova	21/82 — 19/03/82
Contenda	26/82 — 31/03/82
Bocaiúva do Sul	34/82 — 06/07/82
São José dos Pinhais	31/82 — 21/03/82
São José dos Pinhais	41/82 — 09/07/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/182, 183, 184, 185 e 186/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

123/82:

Do Sr. Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a SBIM — SOCIEDADE BENEFICENTE IRMÃOS MENONITAS DE CLEVELÂNDIA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.689. - **Anote-se. Arquite-se.**

136/82:

Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que autoriza doar à Arquidiocese de Curitiba, a área de terreno medindo 15.000,00 metros quadrados, situado no Quarteirão denominado Nossa Senhora do Pilar, no Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o número 7.690. — **Anote-se. Arquite-se.**

86/82:

Do Sr. Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL AFONSO FREITAS, com sede e foro na Vila Maripá, na cidade de Palotina, no Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7.691. — **Anote-se. Arquite-se.**

75/82:

Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE SENGÉS, com sede e foro em Sengés, o qual convertido em Lei tomou o número 7.692. - **Anote-se. Arquite-se.**

84/82:

Do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE IRMÃOS MENONITAS E MENSAGEIROS DA PAZ — SIMPAZ, localizada à Avenida Brasil, 375, na cidade de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o número 7.693. - **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o número 232/83-G.P., datado de 28/01/83, do Sr. Desembargador HELIANTHO G. CAMARGO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no qual encaminha com respaldo no estatuído nos artigos 144, § 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil, e 91 da Carta Magna Estadual, os anexos anteprojetos de lei aprovados em Sessão Plenária no Tribunal, após parecer favorável da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias. - **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. Coordenador do INPS no Estado do Paraná, a fim de viabilizar a instalação de uma agência do referido órgão na cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões em 02 de março de 1983.

(a) AMÉLIA ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Barbosa Ferraz é no contexto do Estado do Paraná, um dos municípios que se desenvolve rapidamente colaborando para que o nosso Estado se coloque numa situação privilegiada no contexto nacional. Produtor de cereais, soja, café e outros produtos, tem na agricultura sua grande fonte de renda, mas por outro lado tem aí o seu principal problema, que é o trabalhador carente e de baixa renda, fruto do sistema econômico vigente

em nosso País.

Carente como é a população, necessita de cuidados médicos a todo instante e não pode arcar com esse pesado ônus em sua renda familiar, daí a necessidade de que se instale um posto ou agência do INPS para poder resolver os angustiantes problemas que passa a população daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja designada Comissão de Deputados para representar esta egrégia Casa durante a realização da XIII Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavaí, que será realizada no período compreendido entre 05 a 13 de março do corrente ano, nas dependências do Parque de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, naquela cidade, composta de 05 (cinco) Membros.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres Membros desta Casa, a Sociedade Rural do Noroeste do Paraná - SRNP, estará promovendo entre 05 a 13 de março próximo, a XIII Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavaí.

Trata-se de promoção de grande envergadura, que congrega pecuaristas, agricultores, hortigranjeiros e indústrias de vários pontos do Paraná, e inclusive, de outros importantes Estados brasileiros.

Assim, pelo elevado conceito que goza a referida promoção, faz-se mister também que esta colenda Casa se faça representar na oportunidade, prestigiando o importante evento, orgulho de todo o laborioso povo daquela região paranaense.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. NILSO SQUAREZI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Sr. Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem a Casa recebeu a visita do Sr. Governador do Estado, que aqui veio dar notícia de como estão os negócios do Estado do Paraná.

E, a partir do próximo dia 15, o novo Governador deve assumir o comando dos destinos deste Estado. É importante que analisemos a mensagem do Sr. Governador, numa resposta de como a bancada do PMDB recebeu a visita do Sr. Governador ao vir pessoalmente a esta Casa.

Numa análise geral desta prestação de contas, vai nos mostrar que serão muitas as dificuldades a serem enfrentadas pelo novo Governo, que atuará este ano sob o impacto da transição e trabalhará com um orçamento que foi elaborado por aqueles que sentiram a derrota eleitoral, depois de 18 anos de poder.

Já na Introdução da Mensagem à Assembléia, o Governador Hosken de Novaes lembra das dificuldades que a nova administração terá de enfrentar, motivadas principalmente pela crise econômica e por tensões sociais.

Sem nenhuma dúvida, a questão que causa mais polêmica quando se fala no legado de Richa, é o problema da dívida externa do Estado. Há um verdadeiro ballet de números e cifras, que só deverá terminar quando os novos Secretários da área econômica tiverem sido empossados. Segundo a mensagem

encaminhada a este Poder, no dia 31 de dezembro de 1.982, o Paraná devia ao exterior 335,7 milhões de dólares. Isso, com a moeda norte-americana sendo cotada a 252,67 cruzeiros. Pela cotação anual, a dívida ultrapassa 400 milhões. Isso, sem contar com os reflexos da maxi-desvalorização, que elevaram o dólar em 30 por cento.

Os técnicos do atual Governo costumam não dar muita importância a estas cifras, afirmando que a capacidade de endividamento do Estado é boa. Mas a nós, que vamos assumir o comando deste Estado, os números assustam. O peso dos encargos desta dívida é esmagador. As taxas de juros sobre ela vem crescendo de forma assustadora, tendo passado de 7 por cento em 1980, para 16 por cento, em 1982.

Somente o serviço da dívida externa representará este ano, para o Governador José Richa, compromissos a serem cumpridos da ordem de 31 bilhões de cruzeiros.

E quem é o culpado pelo montante desta dívida externa?

Coube ao próprio Governador Hosken de Novaes, em seu discurso na Assembléia responder: "eu acho que houve muito endividamento de 1964 para cá. Para mim, para o meu estilo, para a minha concepção de governo, foi um erro. E a facilidade que se deu empréstimos aos municípios foi um desastre. Eu não tive nenhuma participação nesta política — continuou Hosken — e procurei obstá-la, impedi-la, cerceá-la, mas ela já estava em curso, já vinha de longe".

Os técnicos do atual Governo podem ainda argumentar que a dívida externa fica com suas proporções reduzidas, já que se tem para este ano um orçamento de 326 bilhões de cruzeiros, da Administração Direta.

Só que, ao fazer este cálculo, os responsáveis atuais pelas finanças do Estado, estão raciocinando em cima de hipóteses. Computa-se dentro destes 326 bilhões de cruzeiros, por exemplo, recursos contratados no exterior, no valor de 80 bilhões de dólares, que ainda estão por vir. Virão mesmo?

E é de se perguntar, depois da maxi-desvalorização e da continuidade das minidesvalorizações, como ocorreu ontem, se é realmente interessante hoje contrair empréstimos em dólares?

O Paraná e o Brasil continuam tendo crédito mesmo à beira da falência. E se pergunta: e o Governo Federal? Principalmente através do BNH continuam liberando os recursos que estão previstos no orçamento de 83, para um Governo de Oposição?

São perguntas que ficam no ar e que serão respondidas só com o passar do tempo. E as estatais, qual a sua situação? Na prestação de contas do Governador se estranhou a falta e omissão de como estão as estatais do Estado. E as economias mistas? Quais as dívidas que tem a COPEL? a SANEPAR? A parte que cabe ao Paraná, na TELEPAR? Na COPASA, na RADIPAR? No Banco do Estado do Paraná? E é importante esta pergunta, porque dois terços do volume de receita do Estado são atribuídos às economias mistas. 326 bilhões é administração direta, mas na indireta chega quase a 800 bilhões de cruzeiros. Nada disso se fez referência na Mensagem.

Outros números que fazem parte da mensagem encaminhada à Assembléia, mostram que o legado do "neysmo" ao PMDB será muito ruim. Durante o governo deste que hoje preside o PDS, ocorreu uma deterioração da receita. Tanto as exportações quanto à arrecadação do ICM tiveram uma queda vertiginosa.

A política do exportar é o que importa, preconizada a nível federal, abalou seriamente as finanças do Estado. O Paraná foi violentamente atingido pela queda dos preços da soja e de seus derivados, no mercado internacional, e por um volume menor nas exportações de café. No ano passado, a arrecadação com as exportações foi de 13 por cento inferior a de 1980, que representava 1/8 da receita fiscal até então existente. Isso, quando um desempenho normal seria representado por um

crescimento de 5 por cento ao ano.

As conseqüências desta queda todos têm conhecimento: elas vão desde a crise financeira para a maior parte dos agricultores do Estado até o desemprego de milhares de ensacadores e outros trabalhadores do Porto de Paranaguá, que nos últimos anos só teve recursos para manter em funcionamento seus equipamentos que são atualmente obsoletos.

Ainda no ano passado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, atingiu uma arrecadação em torno de 115 bilhões de cruzeiros, com um índice de crescimento da ordem de 87 por cento, ou seja, dez pontos percentuais a menos que a inflação oficial registrada no mesmo período. Estes números são reflexos de perdas na produção de feijão, milho e trigo, em razão de fenômenos climáticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná que o Governador José Richa vai encontrar a partir do dia 15, não é só o Paraná comprometido com a dívida externa, fracassado nas exportações e com o ICM sendo arrecadado abaixo das previsões.

É também o Paraná do desemprego, que deve ser hoje um dos principais problemas deste Estado, fruto da falta de uma política coerente para o setor. Há uma crise muito grande no mercado de trabalho, que pode ser atestada pelos próprios números da Mensagem à Assembléia.

O DETEPAR atendeu, em 82, em 15 municípios paranaenses, a 172.563 pessoas em busca de emprego. Destas, apenas 55.531 conseguiram trabalho. Em Curitiba, por números divulgados recentemente pela imprensa, só na área de construção civil, calcula-se que são dez mil pessoas já sem colocação.

Parte da culpa desta situação cabe ao atual Governo, que não executou uma política agressiva de atração de indústrias ao Paraná. Durante todo o ano passado, apenas seis empresas foram atraídas para o nosso Estado pela Secretaria da Indústria e Comércio, gerando apenas 453 empregos. Por sua vez, o BADEP que chegou a ser sinônimo de concordata, passou todo o ano passado atuando apenas junto a empresas já instaladas.

A falta de empregos, por sua vez, leva a um aumento da criminalidade, que já avança agora para o meio rural, conforme disse o Governador Hosken de Novaes, neste plenário. Neste setor de segurança pública, o legado do atual Governo a Richa é cruel: fica a Penitenciária Central do Estado quase toda destruída e com superpopulação; fica a penitenciária de Tamara com as obras abandonadas e um projeto que está condenado por todos os especialistas; ficam as cadeias públicas do interior, sem segurança, como a de Barracão, palco de um crime que já está na história do Estado; fica a Polícia Militar com efetivos que estão muito aquém da realidade.

Mas, a herança deste Governo não acaba aí. O Governador Richa vai administrar um Paraná com municípios falidos, conforme disse aqui o seu antecessor. Essa falência é decorrente da facilidade com que se conseguiu empréstimos aos municípios, em pleno auge da campanha política. Agora, muitos prefeitos não podem governar porque não tem mais a participação no ICM, empenhado por dívida de seus antecessores.

Esta é, Senhores, em linhas gerais, a situação que o novo Governo irá encontrar a partir do dia 15. Uma triste herança de uma administração que não se preocupou com cada um dos paranaenses endividando o Estado, provocando o desemprego...

Resta destacar que que não cabe ao Sr. Governador Hosken de Novaes a culpa desta situação. Ele mesmo confessou aqui que pegou o barco andando e que esta não era a sua política. Mas, em dez meses de mandato, ele jamais poderia ter corrigido erros que acumularam ao longo de anos de "neysmo". Um "neysmo" que hoje só faz parte da história, porque foi sepultado definitivamente pelas urnas, em 15 de novembro passado. O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, pretendo, amanhã, no Horário da Liderança e no Grande Expediente, fazer um discurso a respeito das colocações que Vossa Excelência vem apresentar a esta Casa, com relação à Mensagem do Professor Hosken de Novaes, lida ontem.

Gostaria, de início, de dizer a Vossa Excelência que, apesar de poder concordar com alguns dados que manuseia hoje, não poderia concordar com algumas preliminares eminentemente partidárias que Vossa Excelência faz.

Vejamos por exemplo, o problema do orçamento.

Vossa Excelência diz que o Orçamento foi feito pelos homens que foram derrotados nas eleições.

Ora, Vossa Excelência não desconhece que o Orçamento foi aprovado por esta Casa, com a aprovação inclusive de Vossa Excelência e da sua bancada. O Orçamento é a Lei de Meios do Estado, que foi votado no momento propício, nesta Casa, de acordo com o mandamento constitucional, antes inclusive do resultado das eleições, antes de se auferirem as eleições.

Conseqüentemente, a análise que Vossa Excelência faz, peca pelo espírito apaixonadamente partidário que reserva. Por outro lado, o problema da dívida interna e externa, paranaense, realmente é um problema que a todos preocupa. Ainda recentemente, tive a oportunidade de manifestar a preocupação da bancada do PDS com os efeitos para este Estado eminentemente agrícola, com o problema da máxidesvalorização e sobretudo com imposto impingido pelo Governo Central à exportação dos produtos primários.

Disse naquela ocasião, que a máxidesvalorização iria significar um aumento na dívida ou nos compromissos estaduais da ordem de cinco bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, e que era preciso se estudar uma reforma tributária que não penalizasse Estados, como o Paraná, que contribuiu, efetivamente, com 25 por cento das exportações.

Mas, se Vossa Excelência não tiver apenas o cuidado de fazer uma análise partidária, vai verificar que o atual período governamental recebeu, por exemplo, do seu companheiro de partido, Jayme Canet Júnior, uma situação muito mais grave do que a situação que o atual Governo vai entregar ao seu companheiro de partido, José Richa.

Por exemplo, a dívida pública interna, fundada no Estado do Paraná, era duas vezes superior à dívida pública interna fundada pelo atual Governo que entregará ao Sr. José Richa. Por outro lado, estão aí os especialistas em economia, a dizer que o perfil da dívida externa paranaense é perfeitamente compatível com o seu orçamento. E se nós fizermos uma análise com relação inclusive a outros Governadores do seu Partido, veja a preocupação do Sr. Leonel Brizola, ao assumir o Estado que presidirá a partir de 15 de março, com a dívida que encontra de seu companheiro de Partido, Chagas Freitas.

Conseqüentemente, procurarei fazer amanhã uma análise isenta dos números da dívida pública interna e externa do Paraná.

Era este o aparte preliminar que faria. Vossa Excelência para amanhã responder detalhadamente cada um dos itens que Vossa Excelência aborda, inclusive com relação ao BADEP, porque não posso concordar com a colocação que Vossa Excelência de que o BADEP significa sinônimo de dívida.

Quem conhece a história da economia paranaense sabe que antes de 62, o Paraná era praticamente uma colônia industrial de um Estado paulista, e o BADEP e a CODEPAR, realmente prestaram efetivos serviços ao desenvolvimento da indústria paranaense, na nossa região do sudoeste. Vossa Excelência vê uma empresa de vital importância para o desenvolvimento de atividades relacionadas à pequena propriedade agrícola, como a SADIA se implantando com o financiamento do BADEP, dando emprego, gerando emprego, dando condição para que o homem do campo permaneça na sua propriedade.

Vossa Excelência conhece, em Clevelândia, a empresa

OVEPAR. Vossa Excelência conhece algumas cooperativas no Estado do Paraná, para citar apenas algumas empresas que têm se beneficiado de empréstimos do BADEP, que não estão em situação concordatária, ou de falência, e que ao contrário, têm empregado a mão de obra tão necessária que Vossa Excelência, incongruentemente no parágrafo seguinte, analisa com relação à DETEPAR.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas três reparos são importantes.

Primeiro, espero que a isenção que Vossa Excelência diz utilizar amanhã, não seja esta que atribui a mim não existir, quando digo que recebemos uma dívida e que Vossa Excelência não é isento quando quer dizer que Jayme Canet entregou dívida a Ney Braga.

Por favor, Sr. Deputado, se Vossa Excelência vier amanhã, não venha com esta isenção, porque estará pecando na afirmação imediata. Para nós não é isenção, se dizemos que recebemos o Governo com dívidas. Para Vossa Excelência é isenção dizer que Ney Braga recebeu o Governo endividado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte, eu gostaria de dialogar . . .

O SR. NILSO SQUAREZI — Permita-me responder o seu aparte.

Vossa Excelência disse que eu afirmei que o Orçamento foi feito pelos técnicos do Governo.

Vossa Excelência há de concordar: o orçamento foi feito pelos técnicos do Governo. Ou Vossa Excelência pretende, dentro deste plenário, não para consumo externo e de público, dizer que esta Casa teve qualquer participação na elaboração do Orçamento, nobre Deputado?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — . . . Vossa Excelência não desconhece o prazo constitucional . . .

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência há de permitir...

O SR. PRESIDENTE — Soam os tímpanos) — Solicito aos Srs. Deputados que, quando pretendem apartear o Deputado que está na tribuna, que o façam com licença prévia do orador.

Está com a palavra o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o Orçamento foi feito pelos técnicos do Governo. Foi o que afirmei.

Vossa Excelência há de convir ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um pequeno aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — Mas se eu conceder o aparte, Vossa Excelência não me permitirá concluir o meu raciocínio.

Estou dando uma versão sobre o aparte de Vossa Excelência. O Orçamento foi feito pelos técnicos do Governo. Vossa Excelência seja coerente com seus companheiros de Bancada do passado. Esta Casa não intervém em nada na elaboração de um orçamento. Esta Casa apenas homologa o orçamento.

Portanto, nobre Deputado, não venha Vossa Excelência querer dizer que foi esta Casa que aprovou o orçamento, porque na verdade, nós — Vossas Excelências como Oposição e nós como Situação — ontem, como Oposição e Vossas Excelências como Situação, estivemos e estamos impedidos de aduzir qualquer emenda ao orçamento.

Então, por favor, não atribua responsabilidade a esta Casa, por ter homologado um orçamento que veio enlatado, empacotado, como todos os orçamentos de todos os Executivos contra todos os Legislativos desta Nação.

Em terceiro lugar, nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer aos Senhores Deputados, que com a extinção das lideranças dos outros Partidos, cada Liderança do PMDB e do PDS terão 30 minutos,

cada uma, no horário destinado às Lideranças.

O SR. NILSO SQUAREZI — Então, nobre Deputado, Vossa

Excelência não ouviu adequadamente, quando eu disse que o BADEP já foi sinônimo. Não há mal nenhum em reconhecer, efetivamente, que o BADEP recuperou-se, em termos. Porque aqui, há cinco ou seis anos atrás, a nossa imprensa andou fotografando e retratando todas as firmas falidas do Estado. Isto era uma verdade aqui no Paraná. Pensou-se até na extinção do BADEP, porque a placa do BADEP parecia até um azar para aquela empresa, era a falência. Concordo que hoje não tenha mais esta fama.

Mas, a minha abordagem no BADEP, aqui, foi da falta de agressividade do BADEP, que apenas se contentou em trabalhar em cima de empresas aqui instaladas e não procurar trazer, em contato com a Secretaria da Indústria e Comércio, empresas de fora, para, efetivamente, aumentar a oferta de empregos.

Porisso, nobre Deputado, reconheço que Vossa Excelência amanhã, trará novos aspectos ao debate, importantes.

Vou concluir as minhas considerações sobre essa mensagem.

Dizia eu, depois de analisar o problema da Penitenciária, da Polícia Militar, das Delegacias, do endividamento dos Municípios, dizia o seguinte:

“Mas a herança deste Governo não acaba aí. O Governador José Richa vai administrar um Paraná com municípios falidos”, conforme disse aqui o seu antecessor, Hosken de Novaes — “essa falência decorrente da facilidade com que se conseguiu empréstimos aos municípios, em pleno auge da campanha política. Agora, muitos prefeitos não podem governar porque não têm mais a participação do ICM empenhado por dívida de seus antecessores”, com procurações passadas a torto e a direito.

Em muitos municípios, inclusive, os Prefeitos não têm condição nem de comprar papel de expediente, porque procurações outorgadas a torto e a direito comprometeram praticamente toda a arrecadação que os municípios tinham agora.

Em muitos casos, como o caso de Umuarama, como denunciou a atual Administração, foram feitas antecipações de receitas, reprovadas até pelo Banco Central. A antecipação da receita de Umuarama foi de 30 milhões de cruzeiros, ilegalmente, porque o Banco Central não aceitou a operação do BANESTADO.

Esta é, Srs. Deputados, em linhas gerais, a situação que o novo Governo irá encontrar a partir do dia 15, uma triste herança de uma administração que não se preocupou com cada um dos paranaenses ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nilso Sguarezi, em primeiro lugar, vou dizer a Vossa Excelência que, talvez por um excesso de fidelidade ao seu cargo, Vossa Excelência talvez já esteja preocupado demais em querer, por antecipação, justificar talvez — pelas palavras de Vossas Excelências, e não pelas minhas — a medíocre situação do futuro governador.

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência fala sem base.

Não tem nenhum objetivo para afirmar isso. Isso é mero palpite de Vossa Excelência.

(Tumulto)

(Soam os tímpanos)

O SR. NILSO SQUAREZI — Não posso afirmar, de sã consciência, essas acusações, quando o povo do Paraná acreditou no Governo que aí vem, no Governo do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

(Tumulto)

O SR. LUIZ ALBERTO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicito ao Deputado que está na tribuna, que reafirme a concessão da palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado que a solicitou. Se a concedeu, está com a palavra o ilustre Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência, como Presidente deste Poder, que aja, com relação aos Deputados aparteados, da mesma forma como Vossa Excelência age com os Deputados que ocupam a tribuna.

Para concluir, Sr. Presidente, é não só da tradição desta Casa, como do próprio Regimento, que seja assegurada a palavra ao orador que está na tribuna, e igualmente ao orador que está apartando.

Se o Deputado conceder o aparte, Sua Excelência o Deputado que está na tribuna, deve ter a gentileza de obedecer o mandamento regimental, no sentido de ouvir o aparte do Deputado solicitante.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Questão de Ordem que Vossa Excelência levanta já foi respondida por esta Presidência, ao solicitar do Deputado que está com a palavra, que está na tribuna, se concedeu o aparte.

Devo ainda lembrar aos ilustres Deputados que o Deputado que está com a palavra, ele poderá conceder o aparte e cassá-lo a qualquer momento.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência cassará a minha palavra?

O SR. NILSO SGUAREZI — Absolutamente, nobre Deputado. Absolutamente.

O Sr. Gabriel Sampaio — Obrigado, nobre Deputado. Agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência.

O que eu dizia, nobre Líder do Partido Governista, a partir de 15 de março, é que Vossa Excelência procura, por antecipação...

O SR. NILSO SGUAREZI — Somos, mas não estamos ainda, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Mas isto é questão de dias, agora. Queria dizer que Vossa Excelência se preocupa demais, com muita antecipação, em justificar coisas que não aconteceram ainda.

Existe um relatório feito, publicado não somente no Diário Oficial do Estado mas também nos maiores jornais do Paraná, sobre a situação econômico-financeira do Estado do Paraná, isto, sob a responsabilidade de dois Secretários da atual Administração, que são os de Finanças e de Planejamento. Isto aqui é um documento que foi feito, está para ser discutido e o Paraná hoje se coloca em segundo lugar, praticamente, na melhor situação financeira do Brasil.

Nós verificamos que a sua generalização com relação às Prefeituras não é verdadeira. O meu município, Maringá, que está hoje sendo administrado por um homem de seu Partido, recebeu, e não sou eu quem digo, quem diz é o atual Prefeito, Said Ferreira — recebeu a situação econômico-financeira do município em excepcional situação. São palavras do atual Prefeito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Essa é uma excessão à regra.

O Sr. Gabriel Sampaio — Maringá é um grande município do Paraná e é um exemplo que vale.

Então, Vossa Excelência não pode afirmar que a situação do Estado do Paraná é difícil, porque ela é compatível com os pagamentos, com as amortizações da dívida externa e interna do

Paraná, e haverá uma sobra de quase 25 por cento do orçamento, orçamento este que está estimado — porque haverá certamente uma receita maior do que aquela prevista — em mais de 25 por cento, dizia eu, de investimentos, coisa que, talvez um ou dois orçamentos estaduais de outros Estados possam ser comparados.

Portanto, peço a Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência que é um homem de bom senso, um homem equilibrado, um homem que tem demonstrado nesta Assembléia grande tirocínio e grande inteligência, que espere um pouquinho, espere o seu Partido tomar posse, quando poderemos discutir talvez mais freqüentemente, mas não agora generalizando como Vossa Excelência acaba de fazer e dizer, o que na minha opinião, pelos dados de Vossa Excelência, é uma justificativa antecipada de um possível Governo medíocre.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência já amenizou.

Antes, fora enfático “um governo medíocre”, agora Vossa Excelência já diz de um “possível governo fraco.”

O Sr. Gabriel Sampaio — Excelência, é como paranaense que eu digo.

Espero que não o seja. Quero desejar ao Sr. José Richa... (Sessão interrompida por falta de energia elétrica)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está suspensa a presente sessão até que retorne a energia elétrica.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão, e com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, por oito minutos.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Nilso Sguarezi, eu estava concluindo o meu aparte, quando fui interrompido pela falta de energia elétrica.

O SR. NILSO SGUAREZI — Restabeleceu-se a luz, e eu restabeleço o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vou concluir apenas dizendo o seguinte: que, felizmente, nobre Deputado Nilso Sguarezi, apesar de ser eu um homem do interior, não sou supersticioso, acho que não é mau agouro a luz ter se apagado quando ia desejar ao Governador José Richa um bom governo, mas quero dizer a Vossa Excelência que voltaremos ao assunto no decorrer desta ou da outra semana, e poderemos, senão em termos de generalidade, mas com dados específicos, discutir o pronunciamento que Vossa Excelência faz hoje desta tribuna.

Obrigado.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concederei, nobre Deputado.

Deputado Gabriel Sampaio, Vossa Excelência haverá de concordar que, quando Vossa Excelência procura, por um lado, com palavras elogiosas, as quais eu agradeço, destacar que somos portadores de bom senso, porém, por outro lado, Vossa Excelência faz afirmações, uma afirmação inopinada de que teremos um Governo medíocre, eu, data vênica, não posso concordar, e Vossa Excelência há de entender da verdadeira inflamação de que sou tomado, porque Vossa Excelência analisa com dados subjetivos, o que talvez seja crença vossa, porque a crença generalizada e objetiva do povo do Paraná está corporificada, estereotipada numa eleição que deu respaldo consagrador a José Richa.

Pode ser até que José Richa venha a fazer um governo medíocre, mas não temos objetivamente dado nenhum para acreditar nisso. Temos dados objetivos para acreditar no contrário. Será um governo coroado de êxitos, porque tem o respaldo popular atrás, causa que determinou o fracasso dos últimos governos por exatamente não terem o respaldo, a participação, o empolgamento do povo do Paraná. Nos últimos 20 anos, este Estado não se viu envolvido numa troca de governo.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite apenas um adendo?

O SR. NILSO SGUAREZI — O que havia, nobre Deputado, eram eleições indiretas, em que a elite do Estado, a cúpula diretiva do Estado se envolvia numa eleição que era mais tráfico de influência, força econômica, do que propriamente como agora, numa eleição direta, em que o trabalhador, o povo, a dona de casa, esta dona de casa que trouxe inclusive a esta Assembléia, duas mulheres.

Realmente, houve no Estado do Paraná uma participação maciça, mexeu com as estruturas.

Por isso hoje, quando se comenta que se faz especulação em cima da montagem do Secretariado de José Richa, esta montagem não é tão fácil fazer como faziam os governos anteriores, em que não havendo eleições diretas, não mexiam com a população, não despertavam ambições, não despertavam a participação, o entusiasmo do povo.

A composição de um secretariado hoje, é diferente dos anteriores, porque nos anteriores havia um remanejamento dos secretários e foi assim que muitos secretários praticamente se perenizaram aqui no Estado, passando de uma Secretaria para outra, como acontece na área federal, em que os "Delfin", os "Sigeaki Ueki", os "Andreazza" passam de uma posição para outra, mas o time é o mesmo...

Então, há de convir Vossa Excelência que objetivamente, temos todos os dados para acreditar em José Richa.

O Sr. Gabriel Sampaio — Um aparte bem rápido para não lhe tomar os minutos que lhe restam.

Em primeiro lugar, Vossa Excelência está sendo um pouco injusto, na minha modesta opinião, com o ex-Governador Jayme Canet Júnior, que foi um homem, na opinião da opinião pública do Paraná, até onde se pode constatar isso, como um bom administrador.

Em segundo lugar, quando Vossa Excelência fala em secretários, também comete outra injustiça: que o Secretário Belmiro Castor já pertenceu a equipes de governos anteriores, e sempre demonstrou grande participação e grande expressão pessoal, e capacidade que eu tenho certeza, dará também ao futuro Governador.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência diz que falei em generalidades.

Falei em regra geral, falei do princípio da eleição direta e não destaquei individualmente nenhum Governador. O princípio da eleição indireta é que não permitia que isso ocorresse. Quanto ao Secretário Belmiro Castor, acredito que se ele volta é pelos méritos que reconhecidamente se deve dar a ele.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Realmente, assustei-me quando o ilustre Deputado Gabriel Sampaio falava que o futuro governo será um Governo medíocre, depois ele consertou, voltou à sua posição normal, e reconheceu que estava colocando, efetivamente, "o carro na frente dos bois".

E queria dizer, Excelência, que apoio o seu pronunciamento, que a História do Brasil mudou. Hoje temos ou teremos a partir do dia 15, no Estado do Paraná, um governador que vem, não pela vontade de meia-dúzia, não pela vontade de tecnocratas, não pela vontade dos donos do poder, mas vem pela vitória maciça nas urnas, com mais ou menos em torno de 600 mil votos de diferença do seu oponente. Um homem que propôs ser Governador, que quis ser Governador, que pediu o voto para ser Governador, que pregou a sua mensagem para ser Governador e, em ganhando a eleição, com essa maioria esmagadora, não há como, Excelência, ser medíocre. Medíocre é um Governo indicado e imposto à Nação, como nós temos vivido durante os longos anos; isto é ser medíocre, como continua no Governo Federal, um Governo implantado, um Governo imposto

por meia dúzia de tecnocratas. Isto é ser medíocre.

Não acredito que uma grande vitória, como a de José Richa, que se comprometeu com o povo a fazer um governo, que vai governar com o povo, que vem com o cheiro do povo, possa ser medíocre. Não acredito não, e parabéns a Vossa Excelência pelo seu pronunciamento muito bem colocado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Posso esclarecer, ilustre Deputado Nilso Sguarezi? — (Assentimento).

Em primeiro lugar, o Deputado, meu compatriota e conterrâneo de Mairingá, realmente colocou palavras que eu não disse. Eu disse que, baseado em seus dados, e que não existia orçamento, que a dívida era impagável, era que eu realmente me colocava a ponto de dizer que o Governo se omitiu, que Vossa Excelência estaria justificando.

Em segundo lugar, o meu companheiro e amigo pessoal, a quem até faço questão de publicamente dizer, que lamento profundamente ele ter mudado de Partido, porque era nosso companheiro ate bem pouco tempo atrás.

O Deputado Ferrari Júnior participou de todas aquelas injunções que levaram os homens indiretamente, espuriamente, até concordo com isso, porque também sou contrário a esse regime que está implantado no País, com eleições indiretas, e que hoje se restabelece com as eleições diretas.

Mas Vossa Excelência, Deputado Ferrari Júnior, não tem condições, datíssima vênha, de dizer que agora sim, é que o povo falou, porque Vossa Excelência também falava de forma indireta, e achava até aquela época a coisa em ordem, de acordo e conforme.

O Sr. Ferrari Júnior — Permita-me, Sr. Deputado, apenas um segundo só...

O SR. NILSO SGUAREZI — Resta apenas ao Deputado Gabriel Sampaio tomar a mesma atitude de Vossa Excelência e passar para o lado de cá, que realmente combate tudo isso, que agora ele está dizendo ser contrário.

O Sr. Ferrari Júnior — Exatamente, Excelência, realmente eu pertencia ao mesmo partido do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, é um fato, é uma verdade. Nunca mudei de partido, ele está errado, diz que eu mudei de partido, não é o fato.

Quando no Brasil os partidos políticos foram abolidos, cada qual tomou o seu destino e eu tomei o meu. Achei que estava errado onde estava, era um limbo, e eu saí de lá e hoje sinto-me bem melhor, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou concluir, Sr. Presidente, para destacar que não cabe em absoluto ao cidadão Hosken de Novaes, a culpa desta situação. Ele mesmo confessou aqui que pegou o barco andando e que esta não era a sua política, mas em dez meses de mandato ele jamais poderia ter corrigido erros que se acumularam ao longo dos anos de autoritarismo neste Estado e nesta Nação.

E o "neysmo", que hoje faz parte da História, que foi sepultado pelas urnas de 15 de novembro, tem que ter uma análise cuidadosa, meticulosa, que nos recomendou o Deputado Gabriel Sampaio.

Isto nós pretendemos fazer, ao tomarmos posse do Governo deste Estado, em cada Secretaria, em cada economia mista, tudo aquilo que a Oposição até hoje, lamentavelmente, nada pode fazer.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a hora e esta Presidência concede um minuto para que Vossa Excelência conclua.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluo, Sr. Presidente. Tudo aquilo que não conseguimos, e apesar de estar escrito que a Oposição tem o direito de fiscalizar, toda aquela fiscalização que nós queremos e quisemos exercer e não pudemos, agora,

pela prática do poder, como detentores do Poder, vamos fazer uma análise ponderada mas real.

E se lá constataremos que realmente alguns não se conduziram com boa fé, mas com falcatriuas, com desonestidade, este Plenário haverá de ferver, porque levaremos, se encontrarmos desonestos, às barras da justiça.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Sr. Pedro Imar Prestes, Prefeito Municipal de Jaguariava.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Deputados para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na XIII Exposição Agro-Pecuária e Industrial de Paranavaí, que será realizada no período compreendido entre 05 a 13 de março do corrente. - **Aprovado.**

Solicito às Lideranças do PMDB e do PDS que façam as indicações dos Deputados que deverão compor esta Comissão, três do PMDB e dois do PDS, objeto do requerimento acima aprovado.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Almeida Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Coordenador do INPS no Estado do Paraná, a fim de viabilizar a instalação de uma agência do referido órgão na cidade de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, apenas para ser pertinente e pouparmos tempo.

Com relação ao requerimento anterior que aprovou uma Comissão à Exposição de Paranavaí, a Liderança do PMDB indica: Eduardo Baggio, proponente, Deputados Hermas Brandão e Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência manda anotar e consulta a Liderança do PDS sobre a indicação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Igualmente esta Liderança indica os Srs. Deputados Wilson Fortes e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência agradece.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 125/82.

Marcando ainda outra Sessão para sexta-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 126/82.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Vossa Excelência está convocando em caráter extraordinário a Sessão para sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A sessão de sexta-feira, ilustre Deputado, é para a dez horas da manhã.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas eu consulto Vossa Excelência se é extraordinária, tendo em vista que a legislatura passada aboliu as sessões às sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Mesa informa, segundo orientação de sua assessoria, que as sessões de sexta-feira teriam sido antecipadas para as quintas-feiras. Mas esta, de sexta-feira, é sessão ordinária.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Parece-me que, data vênica o entendimento da assessoria da Mesa, a decisão do Plenário na legislatura anterior determinou no sentido de que fossem realizadas duas sessões às quintas-feiras.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Mas sendo uma extraordinária, a ordinária às sextas-feiras às dez horas da manhã.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Parece-me, data vênica, Sr. Presidente, que pelo Regimento Interno não existem mais sessões às sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE Esta Presidência convoca as duas lideranças para logo após o término desta sessão, analisarmos este assunto.

Levanta-se a sessão.